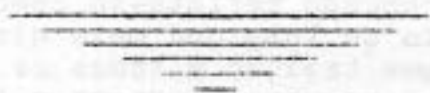


CADERNO

REIVINDICATIVO



APROVADO EM

ASSEMBLEIA MAGNA

E 17.11.76

INTRODUÇÃO

A Academia de Coimbra orgulha-se das lutas que travou ao lado dos trabalhadores. As discussões democráticas, as resoluções tomadas sempre e colectivamente em Assembleias de Massas são os meios que usámos e usaremos.

A situação política a nível nacional é grave. Cada vez mais claro se torna o facto da direita mais reaccionária e os saudosos do 24 de Abril de 1974, levantar a cabeça e tentarem impôr soluções que em último caso serão soluções que em último caso serão soluções violeitas tipo chileno.

Os bombistas impunes, os pides soltos.

A CIP, associação dos patrões portugueses exige o fim da intervenção do Estado nas empresas e medidas mais energicas acerca dos despedimentos, realidade que paira já sobre a cabeça de milhares de trabalhadores.

A Reforma Agrária fonte de liberdade e trabalho para milhares de trabalhadores agrícolas é atacada pela CAP e pelos partidos mais reaccionários PSD e CDS seus porta vozes na A. da República.

O Imperialismo internacional ajuda em todas as frentes.

Esta avançada da reacção reflete-se como é inevitável nas Escolas, de frente de luta que mais directamente nos diz respeito. Seria uma traição a todos os trabalhadores que já souberam estar ao nosso lado, se a Academia de Coimbra não lutasse, não impedisse que a recuperação capitalista se verifique nas Escolas.

É por isso que nós combatemos

A política anti-democrática e anti-estudantil do Ministro Sotto Mayor Cardia nada tem a ver com o Partido Socialista em que milhares de trabalhadores depositaram a sua confiança. A recusa.

Esta política, apoiada firmemente apenas pelas forças mais reaccionárias nomeadamente PSD e CDS em que consiste?

A recusa de qualquer diálogo, o desconhecimento das realidades, a política ditatorial do facto consumado, são as constantes da actuação do MEIC

O Caderno Reivindicativo da Academia aprovado em Assembleia Magna consagra as razões porque combatemos, exprime os objectivos legítimos e justos que nos propomos alcançar.

Levaremos à prática a palavra de ordem gritada nas ruas de Coimbra e Lisboa por milhares de pessoas.

TRABALHADORES E ESTUDANTES A MESMA LUTA!

CADERNO REIVINDICATIVO

São os seguintes os pontos que, após discussão intensa atodos os níveis da Universidade, se consideram os fundamentais para o bom funcionamento das estruturas escolares, e que os estudantes apresentam como exigências mínimas a serem satisfeitas pelo Governo, e pelos quais estão dispostos a lutar:

I-GESTÃO DEMOCRÁTICA

Repúdio absoluto e exigência de revogação imediata do dec.-lei 781/-A/76 emanado do actual Ministro, que se considera anti-democrático. Qualquer decreto que venha a ser alternativa a este, deverá respeitar os princípios a estabelecer pelas Academias, nomeadamente: Eleições Universal e directa de todos os órgãos directivos das Escolas, que serão paritários, e responsabilização destes às A.G.E., cuja soberania, no que diz respeito às questões internas das Escolas, deverá ser consagrado por lei.

II-AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A autonomia universitária deverá assegurar o estatuto de interlocutor autónomo da Universidade em relação aos órgãos do Poder, obstando a ingerência destes, como foi o caso do Prof. Teixeira Ribeiro.

O princípio de autonomia deverá assentar num Estatuto a elaborar oportunamente, nos termos dos princípios mínimos já apontados nas discussões colectivas havidas.

Deverá também assegurar que as Escolas sejam ouvidas na legislação fundamental que lhes diga respeito.

III-REVOGAÇÃO DO DEC.-LEI CHAMADO DE "DEGRADAÇÃO PEDAGÓGICA"

Revogação imediata do dec.-lei chamado de "degradação pedagógica, que mais não visa que criar a possibilidade de intervenção violenta e arbitrária do Ministério em Escolas por ele escolhidas, para a definição de cuja degradação nem se estabelecem critérios.

IV-REVOGAÇÃO DO DEC. 769/-B/76

Revogação imediata do dec.lei 769/-B/76 que cria as "comissões científicas" inter-universitárias, cuja finalidade é, através de apertado controlo ideológico exercer uma censura aos programas em vigor, ou a criar, feita, ainda por cima, por pessoas cujo mérito científico para tal

e cujo empenhamento numa política democrática é mais que contestável.

V-REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº616/76

Revogação imediata da portaria nº 616/76 que visa por fim a algumas das mais ricas experiências pedagógicas ensaiadas depois do 25 de Abril, extinguindo-se indiscriminadamente, sem sequer haver um critério selectivo se bem que na sua aplicação prática este esteja presente, como nos decretos anteriores: é o critério político de direita reaccionária.

VI-IMEDIATO LEVANTAMENTO DOS "NUMERUS CLAUSUS"

Exigência de levantamento imediato dos numerus clausus onde eles foram instituídos, pois as consequências que acarretam são a limitação do acesso aos graus superiores de ensino, prejudicando principalmente os candidatos oriundos das classes trabalhadoras.

VII- Rearfirmação das posições já tomadas a todos os níveis da Academia, no que respeita a elementos saqueados da Universidade, cuja reintegração não permitiremos.

VIII-Para além das consequências já visíveis a todos os níveis, Universidade de Coimbra, da política reaccionária do MEIC, deve salientar-se o caso da F. de Medicina

- a) O curso Básico Bio-Médico, experiência cujo importância para uma nova concepção de ensino Médico e para a resolução de muitos dos graves problemas da saúde do país, está ameaçada. Impõe-se ainda levantar o "numerus clausus" estabelecido para este curso e exigir a entrada de todos os candidatos.
- b) No que respeita ao dec. de reintegração de carreiras médicas, exige-se a sua imediata regulamentação e aplicação nos termos definidos pelos interessados.

IX-Exigir a integração do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra na Universidade.